

# Militares na prisão e ricos no imposto de renda

04/12/2025

Na última semana de novembro, ocorreram dois fatos inéditos na história do Brasil. No dia 25/11, um ex-presidente da República e vários comandantes militares começaram a cumprir suas penas pelos crimes de golpe de Estado e abolição violenta do Estado democrático de Direito. No dia seguinte, foi sancionada a Lei 15.970, que isentou ou diminuiu o imposto de renda para quem ganha até R\$ 7.350 mensais e aumentou a tributação das faixas mais altas.

À primeira vista, esses dois fatos não estão conectados. A punição dos membros da organização criminosa que tentou estabelecer uma ditadura no país decorreu de um processo judicial no STF (Supremo Tribunal Federal), enquanto a nova legislação do imposto de renda foi fruto de uma iniciativa do poder executivo aprovada pelo Congresso. O apoio majoritário da população a essas decisões, porém, sugere alguma proximidade, indicando que um regime democrático pode contribuir tanto para o fortalecimento do estado de direito quanto para a promoção de políticas redistributivas.

Assim, a relação dessas ações judiciais e políticas com a democracia merece ser mais explorada. Em nosso livro “O Desenho Constitucional da Desigualdade” (Tirant lo Blanch, 2023), buscamos analisar o regime democrático pós-88 com base na teoria de Charles Tilly. Nas ideias desse autor, democracia significa o constante aumento do controle do Estado pela cidadania, por meio da realização de consultas amplas, iguais, protegidas e mutuamente vinculantes. Além disso, para que o processo de democratização ocorra, é necessário o cumprimento de algumas condições, dentre as quais a redução dos centros autônomos de poder e das desigualdades categóricas.

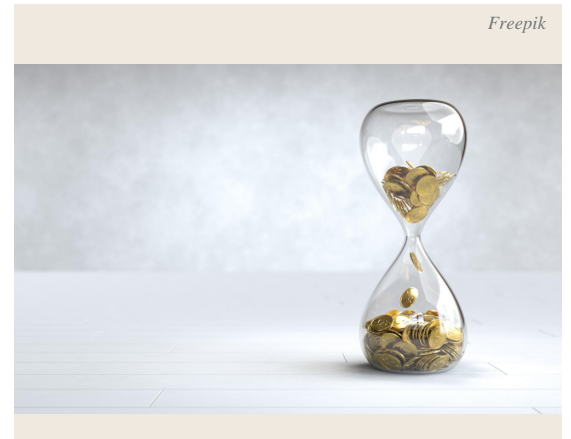
Centros autônomos de poder são aqueles que operam fora do controle da esfera política e das interações regulares entre o Estado e a cidadania, o que inclui todas as conexões interpessoais que fornecem aos atores meios para modificar ou manter as ações governamentais. Esses centros autônomos podem existir dentro do próprio Estado, como ocorre quando os militares exercem o governo ou atuam de maneira independente das autoridades civis, ou fora dele, como é característico das organizações econômicas, e são especialmente relevantes quando dispõem de meios de coerção. Para aumentar o controle do Estado pela cidadania, é necessário reduzir os centros autônomos de poder e sua influência sobre a esfera política, o que se obtém mediante a ampliação da participação cidadã, a equalização do acesso a recursos e oportunidades, e a inibição do poder coercitivo autônomo, tanto dentro quanto fora do Estado.

Por sua vez, o conceito de desigualdades categóricas indica a existência de fronteiras sociais que diferenciam as oportunidades de vida de conjuntos inteiros de pessoas, separando-as por meio de categorias como gênero, raça, casta, etnia, nacionalidade, religião e classe. Essas desigualdades trazem regularmente vantagens para um dos lados da fronteira e impedem a democratização quando se transferem para a política.

Em tais circunstâncias, as desigualdades categóricas introduzem grandes disparidades de recursos e conferem aos membros das categorias privilegiadas tanto o incentivo quanto os meios para escapar dos resultados da deliberação democrática quando esses resultados contrariam seus interesses. Assim, a democratização se torna mais provável quando há uma diminuição da influência das desigualdades sobre a política, o que pode ser alcançado por meio da combinação de dois processos: a igualização de bens e/ou bem-estar entre as categorias e o amortecimento do impacto das desigualdades categóricas sobre as deliberações políticas.

## História

Na história do Brasil, a autonomia dos militares perante o poder civil representou uma constante ameaça à democracia e levou a uma ditadura de 21 anos. A inédita condenação pela tentativa de derrubada do governo demonstra que houve uma diminuição do poder dos militares sobre a política e serve para dissuadir projetos autoritários no futuro.





No caso da reforma do imposto de renda, é importante lembrar que um dos principais causadores da desigualdade econômica no Brasil é o caráter regressivo do sistema tributário. Portanto, qualquer política de redução estrutural das desigualdades categóricas em nosso país tem que adotar medidas progressivas que permitam promover a redistribuição da renda e da riqueza.

Diante da longa história autoritária do Brasil, esses dois fatos parecem ter pouco significado. Porém, processos graduais de mudança também podem levar a reformas estruturais do sistema político. Caso a trajetória de diminuição dos centros autônomos de poder e das desigualdades categóricas evolua nos próximos anos, a última semana de novembro de 2025 será lembrada como um momento importante no processo de democratização do país.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-dez-04/militares-na-prisao-ricos-no-imposto-de-renda/>